




January 1984

Estabilidade Temporal do Currículo da Escola Secundária Brasileira: 1838-1971 [Temporal Stability of the Curriculum of the Brazilian Secondary School: 1838-1971]

Karl M. Lorenz
Sacred Heart University

Ariclê Vechia
Universidade Tuiuti do Paraná

Follow this and additional works at: http://digitalcommons.sacredheart.edu/ced_fac

 Part of the [Educational Assessment, Evaluation, and Research Commons](#), [International and Comparative Education Commons](#), and the [Social and Philosophical Foundations of Education Commons](#)

Recommended Citation

Lorenz, Karl M. and Vechia, Ariclê, "Estabilidade Temporal do Currículo da Escola Secundária Brasileira: 1838-1971 [Temporal Stability of the Curriculum of the Brazilian Secondary School: 1838-1971]" (1984). *Education Faculty Publications*. Paper 9.
http://digitalcommons.sacredheart.edu/ced_fac/9

This Presentation is brought to you for free and open access by the Isabelle Farrington College Of Education at DigitalCommons@SHU. It has been accepted for inclusion in Education Faculty Publications by an authorized administrator of DigitalCommons@SHU. For more information, please contact ferribyp@sacredheart.edu.

ESTABILIDADE TEMPORAL DO CURRÍCULO DA ESCOLA SECUNDÁRIA BRASILEIRA: 1838 - 1971

Ariclê Vechia
(UFPR)
Karl M. Lorenz
(UFPR)

O presente estudo faz parte de um projeto que visa analisar qualitativa e quantitativamente o currículo da escola secundária brasileira. Esse projeto possui dois objetivos específicos. O primeiro deles procura caracterizar a estrutura, isto é, a composição e a organização de cada um dos currículos oficialmente adotados pela escola secundária brasileira de 1838 e 1971. O segundo procura analisar como a estrutura curricular tem mudado através do tempo. As mudanças verificadas são decorrentes de sucessivas reformulações curriculares pelas quais tem passado a escola secundária. Devido ao grande número de currículos adotados no período e a irregularidade com que as reformulações foram efetuadas, sentiu-se a necessidade de caracterizar a estabilidade temporal desses currículos e analisar seu impacto sobre a escola de maneira geral.

A presente comunicação apresenta o resultado de um estudo desenvolvido com os seguintes objetivos: (1) desenvolver um modelo de análise que permita investigar de forma sistemática a variabilidade na duração do período de vigência dos currículos e (2) gerar dados de base que permitam analisar a estabilidade temporal dos currículos da escola secundária brasileira.

Durante o espaço de 133 anos, no período compreendido entre 1838, ano de implementação do primeiro currículo no Colégio D. Pedro II, e a Lei 5692 de 1971, foram identificados 23 currículos oficialmente adotados pela escola secundária brasileira.

A análise focalizou principalmente os currículos adotados pelo Colégio de Pedro II, por ser este o estabelecimento de ensino considerado padrão durante o Império e parte da República. Foram, também, incluídos na análise os currículos propostos em reformas educacionais a nível nacional. As fontes consultadas são aquelas diretamente relacionadas com o ensino

no Colégio — Decretos, Regulamentos e Programas de Ensino — e Leis e Decretos que reformularam o ensino da escola secundária a nível nacional e que portanto resultaram em reformulações no currículo do referido Colégio.

Duração Média do Currículo Secundário

Das várias análises realizadas, a primeira e mais elementar foi a que procurou estabelecer a duração de cada currículo individual e a duração média dos currículos como um todo.

A duração do currículo pode ser definida de duas maneiras. A primeira delas considera as datas em que foram efetuadas as reformulações e a segunda as datas em que foram implementados os currículos. Neste estudo os dois tipos de duração são chamados, respectivamente, de Tempo de Implementação Legislativa (TIL) e Tempo de Implementação Efetiva (TIE). O TIL é entendido como o intervalo inter-curricular calculado, tomando-se por base as datas das Leis ou Decretos que aprovaram dois currículos consecutivos. O TIE é entendido como o intervalo inter-curricular calculado tomando-se por base o ano real ou estimado da implementação efetiva de um currículo e o ano de implementação do currículo subsequente. O TIE pode ser igual ou diferente do TIL, visto que um currículo pode ou não ser implementado no ano em que foi aprovado.

Por exemplo, o currículo de Souza Ramos foi aprovado em 1862 e oficialmente reformulado em 1870. Estima-se que ambos foram implementados no ano de sua aprovação, neste caso o TIL corresponde ao TIE. Porém, tomando-se como exemplos o currículo de Epitácio Pessoa de 1901 e o de Rivaldavia Corrêa de 1911, verifica-se que, embora o TIL possa ser calculado em 10 anos, o tempo real, TIE, em que o currículo

de 1901 esteve em vigência foi de 11 anos, visto que o currículo de Rivadávia Corrêa só foi implementado em 1912, um ano após a data de sua aprovação.

Uma fórmula simples que pode ser usada para o cálculo de TIE é a seguinte:

$$TIE = ai_2 - ai_1$$

Onde: ai_1 e ai_2 referem-se respectivamente ao ano de implementação efetiva da primeira e da segunda reforma do currículo. No exemplo anterior, 1901 seria o ai_1 e 1912 o ai_2 .

Com base na análise das datas em que os 23 currículos adotados pela escola secundária brasileira foram aprovados e implementados foram calculados o TIL e o TIE para cada currículo, e o TIL e TIE médios para o conjunto de currículos (Vide Tabela I).

Tempo de Regularização e Tempo de Implementação Plena

Quando se interpreta o TIL e TIE calculado para determinado currículo precisa-se levar em consideração o que está ocorrendo na escola. Na implementação de um novo currículo num colégio, existe um período durante o qual o currículo vai sendo gradativamente introduzido na seqüência escolar, ao passo que

o currículo anterior vai sendo progressivamente desativado. O período caracterizado pela introdução gradual das séries de um novo currículo e a conseqüente eliminação das séries restantes do antigo currículo se chama neste estudo o Tempo de Regularização, ou TR, do novo currículo. O TR precede o período em que o currículo será plenamente implementado, com todas as suas séries tendo sido introduzidas, e o qual se chama o Tempo de Implementação Plena, ou TIP. É o TIP que caracteriza quantitativamente a estabilidade de um currículo. Portanto, neste estudo a estabilidade de um currículo é entendido como o período em que ele como um todo está em vigência. Quanto maior esse período, TIP, mais estável se considera o currículo.

O Tempo de Regularização de um currículo pode ser estimado como sendo o número de séries previstas, S, para o novo currículo menos um, o que é representado por sete séries, S-1. Neste caso, se um currículo é composto por sete séries, levará 6 anos para que o mesmo seja totalmente introduzido.

O Tempo de Implementação Plena pode ser estimado da seguinte maneira: $TIP = TIE - TR$. Substituindo-se os símbolos TIE e TR pelos valores anteriormente discutidos, resulta uma equação que propicia um valor TIP o qual representa a estabilidade temporal do currículo. A equação é:

TABELA I
VALORES TIL E TIE

DATA LEGISLAÇÃO	ANOS	TIL	DATA IMPLEMENTAÇÃO	ANOS	TIE
1838 - 31.01	-	-	03/38	-	-
1841 - 01.02	3a	3.0	03/41	3a	3.0
1855 - 17.02	14a	14.0	03/55	14a	14.0
1857 - 24.10	2a, 8m	2.67	03/58	3a	3.0
1862 - 01.02	4a, 3m	4.25	03/62	4a	4.0
1870 - 01.02	8a	8.0	03/70	8a	8.0
1876 - 01.03	6a, 1m	6.08	03/76	6a	6.0
1878 - 20.04	2a, 1m	2.08	03/79	3a	3.0
1881 - 24.03	2a, 11m	2.91	03/81	2a	2.0
1890 - 08.11	9a, 8m	9.67	03/91	10a	10.0
1892 - 28.12	2a, 1m	2.08	03/93	2a	2.0
1898 - 30.03	5a, 3m	5.25	03/98	5a	5.0
1899 - 08.04	1a	1.0	03/00	2a	2.0
1901 - 26.01	1a, 9m	1.75	03/01	1a	1.0
1911 - 05.04	10a, 2m	10.16	03/12	11a	11.0
1915 - 18.03	4a	4.0	03/15	3a	3.0
1925 - 13.01	9a, 10m	9.83	03/25	10a	10.0
1929 - 15.01	4a	4.0	03/29	4a	4.0
1931 - 18.04	2a, 3m	2.25	03/32	3a	3.0
1942 - 09.04	11a	11.0	03/43	11a	11.0
1951 - 02.60	9a, 6m	9.5	03/62	9a	9.0
1961 - 20.12	10a, 2m	10.16	03/62	10a	10.0
1971 - 11.08	9a, 8m	9.67	03/72	10a	10.0
(1985 - 01.03)	13a, 7m	13.58	03/85	13a	13.0

$$TIP = (ai_2 - ai_1) - (S-1)$$

A utilização desta fórmula é ilustrada pela análise do currículo de Epitácio Pessoa de 1901. Levando-se em conta que o número de séries do currículo é igual a seis (S=6), resulta a seguinte expressão:

$$TIP_{(1901)} = (1912 - 1901) - (6 - 1)$$

No cálculo obteve-se um valor TIP igual a 6,0, significando que o currículo, após passar pelo período de regularização, esteve em vigência por seis anos antes de ser reformulado pela reforma de 1911. Em termos comparativos o valor TIP é alto, o que permite concluir que o currículo de 1901 foi muito estável em termos de sua duração.

Uma análise das várias reformulações pelas quais passou o currículo secundário brasileiro demonstra que a duração efetiva de alguns currículos é muito baixa. Em tais casos a estabilidade temporal do currículo é reduzida e até mesmo inexistente, conforme revelam os valores TIP. Um exemplo de tal situação é o currículo de 1876 do Colégio de Pedro II, que foi aprovado e implementado no mesmo ano. Esse currículo foi reformulado em 1878, porém o novo currículo só foi implementado em 1879.

O valor TIP calculado para o currículo de 1876 foi o seguinte:

$$TIP_{(1876)} = (1879 - 1876) - (7 - 1)$$

Segundo este cálculo, o tempo estimado de implementação plena foi de negativo três (-3) anos, o que

significa que faltaram três anos para que o currículo completasse o Tempo de Regularização e iniciasse o Tempo de Implementação Plena.

Na Tabela II são apresentados os valores TIP para cada um dos 23 currículos sob análise. Com base nestes valores foi calculado um valor TIP médio que dá um perfil da estabilidade temporal do currículo secundário brasileiro como um todo durante um período de 147 anos.

O valor TIP médio foi calculado usando-se a seguinte fórmula:

$$TIP = \frac{\sum [(ai_2 - ai_1) - (S - 1)]}{N - 1}$$

onde N representa o número de currículos do conjunto analisado.

Resultados

Os resultados obtidos através da análise dos currículos*, com base nos conceitos apresentados anteriormente, são os seguintes:

(1) A duração média do currículo secundário brasileiro foi de 6,4 anos, tanto em termos da data da aprovação quanto em termos da data de implementação efetiva na escola. No entanto, verifica-se uma variação considerável na duração de cada currículo individualmente. (Veja Tabela I).

TABELA II

TEMPO DE REGULARIZAÇÃO E TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO PLENA DOS CURRÍCULOS

DATA/DECRETO	N.º SÉRIES	1.º ANO TR	1.º ANO TIP	VALOR TIP
1838 - 31.01	8	1838	-	- 4
1841 - 01.02	7	1841	1847	+ 8
1855 - 17.02	7	1855	-	- 3
1857 - 14.10	7	1858	-	- 2
1862 - 01.02	7	1862	1868	+ 2
1870 - 01.02	7	1870	-	0
1876 - 01.03	7	1876	-	- 3
1878 - 20.04	7	1879	-	- 4
1881 - 24.03	7	1881	1887	+ 4
1890 - 08.11	7	1891	-	- 4
1892 - 28.12	7	1893	-	- 1
1898 - 20.03	7	1898	-	- 4
1899 - 08.04	6	1900	-	- 4
1901 - 26.01	6	1901	1906	+ 6
1911 - 05.04	6	1912	-	- 2
1915 - 18.03	5	1915	1919	+ 6
1925 - 13.01	6	1925	-	- 1
1929 - 15.01	6	1929	-	- 2
1931 - 18.04	7	1932	1938	+ 5
1942 - 09.04	7	1943	1949	+ 3
1951 - 01.10	7	1952	1958	+ 4
1961 - 20.12	7	1962	1968	+ 4
1971 - 11.08	7	1972	1985	+ 6

(2) Do conjunto de 23 currículos, 10 foram implementados plenamente, o que representa 44% do total dos currículos. Dos 13 currículos restantes, 12, ou 52%, foram reformulados antes de terminar seu período de regularização na escola. Um dos currículos (5%) completou o período de regularização e foi em seguida reformulado, não chegando a ser implementado plenamente (Vide Tabelas I e II).

(3) Os currículos que chegaram a ser implementados plenamente tiveram uma duração média de 4,8 anos. Para os demais currículos ($n=12$) faltou em média 2,8 anos para que completassem o período de regularização.

(4) Um cálculo do TIP médio para os 23 currículos resultou num valor de 0,61 que demonstra que, como um todo, a implementação plena do currículo secundário brasileiro foi em média inferior a um ano.

(5) O currículo secundário brasileiro demonstra ser mais estável durante o século XX, sendo que, dos 10 currículos adotados no período, 7 chegaram a ser implementados plenamente, enquanto somente 3 dos currículos propostos durante o século XIX atingiram o período de implementação plena.

Conclusão

Os dados obtidos sobre os 23 currículos identificados no período de 1838 a 1971 demonstram que apenas uma minoria dos mesmos foi implementada em sua totalidade, conforme visualizado pelos educadores e legisladores responsáveis por sua elaboração.

Esta situação foi particularmente grave no século XIX, quando aproximadamente 70% dos currículos propostos para a escola secundária foram reformulados antes que todas as suas séries fossem introduzidas na seqüência escolar. Tal situação apresentou sinais evidentes de melhoria no século XX, onde 70% dos currículos adotados foram plenamente implementados.

O fato que a maioria dos currículos (52%) adotados não chegaram a passar pelo período de regularização sugere que a escola secundária brasileira passou por grandes períodos de instabilidade. Na realidade, calcula-se que dos 147 anos compreendidos entre 1838 e 1985, aproximadamente 96 anos foram caracterizados pela existência de currículos paralelos na escola.

Infere-se que o período de regularização tem um efeito desestabilizador sobre alunos, professores, administradores, enfim, sobre o funcionamento da escola de maneira geral, pois deve-se lembrar que, enquanto um currículo está sendo gradativamente introduzido na seqüência escolar, o currículo anterior vai sendo progressivamente eliminado. Durante este período, dois ou mais currículos coexistem na escola, gerando interferências e, conseqüentemente, instabilidade. Porém em que medida tais fatores, de fato, afetaram a estabilidade do ensino na escola secundária brasileira é um assunto que precisa ser analisado mais profundamente.

* Com o objetivo de se incluir dados sobre o currículo de 1971, o ano da próxima reformulação curricular e da implementação de um novo currículo foi estimado como sendo 1985. O TIL, o TIE, TR e TIP foram calculados com base nesta estimativa.